



Proposta Política Sectorial ao XXV Congresso Nacional da JSD

“+ Liberdade”

Póvoa de Varzim

13/14/15 de Abril de 2018

Proponentes:

Rafael Corte Real de Sampaio Rafael, militante n.º 192020

José Paulo Quaresma Pereira Miler, militante n.º 180908

1. Enquadramento

“Porque é a liberdade tão rara? Porque é o primeiro dos bens”. Disse-nos Voltaire, pseudónimo de François-Marie Arouet.

Sabemos que o nosso partido nasceu num período histórico muito especial do país. Saídos de um regime autoritário de várias décadas, associado à direita conservadora, e com uma revolução operada pela ala esquerda das forças armadas, não seria fácil para nenhum partido, naquele tempo, afirmar-se outra coisa que não socialista. Não estranhámos, por isso, que Sá Carneiro tenha dito, em 1975, que seríamos um partido de esquerda não marxista, mas também encaramos com naturalidade e satisfação que o caminho seguido nos anos 80 e 90 do século passado até à presente data tenha representado um reposicionamento ideológico do partido, depois de estabilizada a democracia, do desaparecimento do conselho da revolução e das revisões constitucionais de 82 e 89, que tornaram o nosso texto fundamental respeitador de todas as liberdades, o que não sucedia no momento da sua aprovação, em 1976.

Mas, mesmo considerando o momento histórico que vivíamos no pós-25 de abril, o nosso destino estava traçado. Disse, também, à época, Sá Carneiro: “O que rejeito é que em nome da pretensa liberdade do todo se suprima a liberdade de cada um”. O indivíduo e a consagração das liberdades individuais, o personalismo, ainda que num contexto político adverso, já faziam parte da matriz ideológica do partido na sua fundação. Não é, assim, surpreendente constatar que, tendo inicialmente abraçado a social democracia e a ideia de lutar por uma sociedade socialista, dispensando os procedimentos revolucionários, o PSD se tenha reformado, adaptado à evolução dos tempos, e represente hoje, para o povo português, uma alternativa às políticas coletivistas associadas ao Partido Socialista.

Olhando para esta resenha histórica, é compreensível que nos tenhamos tornado num partido político flexível, ajustável e ideologicamente rico. Hoje, sabemos que militam no PSD, para além de social-democratas, conservadores, liberais ou democratas-cristãos. Acreditamos, aliás, que esse é um dos nossos principais ativos e que se trata de um património imaterial que devemos preservar sempre, porque é na liberdade de pensamento que encontramos a diversidade e a abrangência capazes de agregar e mobilizar a sociedade portuguesa em torno de um projeto comum.

Para nós, a JSD deve ser, à semelhança do partido, uma estrutura política aberta a contributos de diferentes correntes de pensamento, porquanto se situem dentro do centro político, moderado e reformista, onde a pessoa é o princípio e o fim de toda a ação. É dessa riqueza ideológica e doutrinária, própria dos grandes partidos, aliada ao realismo e pragmatismo de sempre, que podemos aspirar construir um projeto político que faça sonhar a juventude portuguesa.

O caminho que propomos, em traços gerais, é não ocupar o mesmo espaço político do Partido Socialista. Rejeitar a ideia da “maioria social de esquerda” e que, por força dessa circunstância, só podemos vencer eleições ou conquistar a confiança dos jovens aproximando-nos do que é defendido por quem hoje nos governa. Nenhuma força política que pretenda ser alternativa deve oferecer ao eleitorado as mesmas soluções e a mesma visão do mundo de quem está no poder.

Não devemos ter medo, portanto, de nos afirmarmos como uma juventude partidária de centro-direita, que defende a liberdade como valor fundamental, mais preocupada com a erradicação da pobreza do que com a construção de uma sociedade igualitária; mais empenhada em criar condições para que a economia prospere, através do setor privado, do que em esperar milagres do grande investimento público; que não sofre do preconceito de que os serviços públicos só podem ser prestados por entidades estatais, garantindo uma sã convivência; e que acredita que o melhor caminho para um desenvolvimento sustentável é o do controlo e redução da dívida pública, protegendo as gerações futuras.

Pretendemos complementar a abertura da doutrina liberal com a consciência da social-democracia. Conciliar um Estado que seja suficiente, mas eficiente, que conceba a capacidade de prosperar sem a sua dependência. Que preze, sobretudo, a liberdade de escolha e de iniciativa, para que o fim individual seja a ignição necessária para a realização comum.

2. Propostas

Partindo destas premissas,

- a) Queremos uma JSD que defenda uma **economia social de mercado, assente na livre iniciativa privada e numa política fiscal amiga das empresas e do investimento**, porque acreditamos que são os privados que devem gerar riqueza e emprego no nosso país.

Preocupa-nos, desde logo, a elevada taxa de desemprego jovem, que se situa, atualmente, nos 22%, mas também a fraca poupança, que atingiu mínimos históricos de 20 anos no ano transato, e a galopante dívida pública, que ascende a 126% da riqueza gerada no país, acompanhada de uma carga fiscal muito pesada sobre rendimentos singulares e coletivos, tanto nos impostos diretos como nos impostos indiretos.

Defendemos um modelo de desenvolvimento económico que passe pela **atenuação significativa da carga fiscal para as empresas**, nomeadamente uma redução acentuada da taxa de IRC e a eliminação do pagamento especial por conta, assim como a redução da taxa social única, que, hoje, se fixa em 23,75% para os empregadores.

Nos últimos anos, face à crise económico-financeira mundial de 2007 e a uma excessiva regulamentação da atividade bancária, temos vindo a assistir a um progressivo desinvestimento, o que se traduz numa reduzida concessão de crédito por parte dos bancos às empresas portuguesas. Sabemos que as pequenas e médias empresas representam cerca de 99% do tecido empresarial português, onde perto de 90% são microempresas (até 10 trabalhadores), e são responsáveis por cerca de 80% dos empregos no setor privado e não financeiro, demonstrativo da sua capital importância no nosso país e, sobretudo, entre os mais jovens. Todavia, são notórias as dificuldades que as nossas PME atravessam, muitas delas encontrando-se no limiar da sobrevivência, descapitalizadas, por influência negativa da contração do crédito bancário, a juntar ao contexto político-económico referenciado.

As nossas PME são excessivamente dependentes do financiamento bancário (na Europa estima-se que 75% a 80% da economia seja financiada pelos Bancos), concentrando-se o risco num único mecanismo de financiamento, mais vulnerável a cenários de crise. Neste sentido, consideramos ser essencial para dar uma profícua capacidade de resposta à inovação crescente, sobretudo pelos mais jovens, na abertura e sobrevivência de empresas, a **defesa de um ambiente jurídico e fiscal saudável, propício à diversificação de outras fontes de financiamento**, como o **capital de risco**, que exerce particular importância em países como, por exemplo, os Estados Unidos da América.

Entendemos que a eliminação de barreiras burocráticas no acesso ao capital de risco, a simplificação da constituição de fundos de investimento no ordenamento jurídico português e uma política fiscal benevolente poderiam constituir importantes contributos para a capitalização das empresas portuguesas, diversificação do risco e, com isso, a geração de riqueza e criação de emprego.

Paralelamente, consideramos essencial que se dê continuidade ao **processo de flexibilização laboral** iniciado com a reforma do Código do Trabalho de 2012, continuando a incorporar no nosso ordenamento jurídico o conceito de “flexisegurança”, que incentive as empresas a contratar trabalhadores e, assim, criar novas oportunidades de trabalho.

Da conjugação destas medidas, acreditamos que resultaria um impacto muito positivo no crescimento económico e consequente criação de emprego, tendencialmente melhor remunerado e menos precário, por força de um clima favorável ao investimento e contratação, devido à redução de impostos e à flexibilização do mercado laboral.

- b) Queremos uma JSD que defenda **mais autonomia para as escolas e mais liberdade de escolha no ensino**, porque é a comunidade escolar, constituída por pais, professores e alunos, que está mais habilitada a gerir o seu projeto educativo.

A educação é o melhor meio para promover a mobilidade social. Queremos que as nossas crianças e jovens encarem o futuro com esperança e possam, através da escola, adquirir conhecimento para ingressar no ensino superior ou aprender uma profissão nos cursos de vocação profissional.

É conhecida a décalage social entre o ensino público e o ensino privado, o que faz com que os bons alunos de classes mais baixas sejam muitas vezes prejudicados pelo contexto que os rodeia. De modo a encurtar o fosso de classes e promover uma concreta igualdade de oportunidades,

entendemos que a introdução do “**cheque-ensino**”, que visa atribuir um valor por cada aluno para pagar a sua formação, permitiria aos encarregados de educação exercer uma efetiva liberdade de escolha quanto ao estabelecimento de ensino a frequentar pelo aluno, optando pelo projeto educativo que proporcionasse as melhores condições para as suas necessidades e perspetivas.

Também defendemos uma **redefinição dos conteúdos programáticos e da oferta educativa** a serem concretizados pelas escolas. Entendemos como necessária, pela importância de preservar e transmitir uma matriz cultural, política e histórica do nosso país, assim como um núcleo essencial de conteúdos em áreas nucleares, a manutenção de uma planificação educativa nacional.

No entanto, devem ser criadas condições para que as escolas possam adaptar, com ampla liberdade, a sua oferta educativa e respetivo conteúdo programático, de acordo com a realidade social e expectativas da comunidade em que se inserem.

Pais e professores apresentam-se como os guardiões do futuro dos alunos. Por isso, a sua concertação, na definição daquilo que consideram ser o melhor para os visados, é a que mais releva no cômputo da educação, pelo que uma **maior influência de pais e professores na gestão da escola**, em especial da escola pública, se vislumbra como uma política de conciliação de interesses, numa lógica de proximidade que certamente conduzirá os jovens alunos para um futuro próspero e consonante com as suas ambições.

No que respeita ao **ensino superior**, é constatável a débil saúde financeira das universidades portuguesas, assim como as dificuldades cada vez maiores, por parte dos jovens, de acesso e permanência nas universidades pelos avultados custos que representam para as suas famílias.

A sustentabilidade financeira das instituições públicas de ensino superior encontra-se dependente, essencialmente, da repartição de verbas do Orçamento de Estado, ou seja, o seu financiamento provém dos impostos pagos pelos portugueses.

Cada aluno representa um custo para a universidade e, no caso das universidades públicas, de acordo com o último estudo “Education at a Glance” da OCDE de 2017, estima-se que Portugal gaste anualmente, no ensino superior, por estudante, perto de 10.000,00€ (dez mil euros). Considerando que a propina cobrada por estudante, no ensino superior público, pode atingir, no máximo, os 1.063,47€ (mil e sessenta e três euros e quarenta e sete cêntimos), existe um “gap” entre o custo que o estudante representa para a universidade e a propina paga, acrescida do montante de impostos que, logicamente, será assumido por todos os contribuintes.

Devemos manifestar-nos, por isso, **contra a propina zero**, uma vez que o não pagamento de propinas resultará, inevitavelmente, por um lado, no brutal aumento de impostos aos portugueses para suprir aquilo que constitui uma redução da receita e, por outro, menos verbas para as próprias universidades fazerem face às suas despesas, o que levaria inevitavelmente ao fecho de muitas das instituições públicas de ensino superior.

Pretendemos, por um lado, aliviar a despesa que as famílias carregam consigo na educação dos seus filhos e ao mesmo tempo evitar que as universidades se vejam privadas de verbas que atenuam, de certa forma, os gastos que comportam em função dos custos dos seus alunos.

Destarte, consideramos que o estabelecimento de **parcerias entre universidades e Estado com Bancos ou outras instituições de crédito**, no sentido de promover a concessão de empréstimos com taxas de juro apelativas e um plano de pagamento confortável para os

alunos, tendo em vista o financiamento da sua educação, permitirá atingir os desígnios exultados.

Deste modo, **a atribuição de bolsas de estudo beneficiaria efetivamente aqueles que mais necessitam** e cujas possibilidades económicas não lhes permitem aceder ao ensino superior, em menor número mas com maior incidência nos casos que sejam suscetíveis dessa intervenção estatal.

Finalmente, defendemos uma **reorganização de rede pública de ensino superior**, de modo a garantir a sua sustentabilidade e relevância no futuro. As universidades públicas devem procurar atender ao contexto social e territorial onde estão sediadas, especializar alguma da sua oferta, tentando atrair estudantes com base na excelência do seu corpo docente, da sua investigação, das suas infraestruturas e da interação de sinergias com as forças vivas do seu âmbito geográfico.

- c) Queremos uma JSD que defenda **mais liberdade na saúde, nomeadamente na escolha do prestador por parte do doente**, incentivando uma saudável concorrência entre setor público e privado, à semelhança do que se verifica em alguns dos países mais desenvolvidos da União Europeia, como a Alemanha.

Neste sentido, acreditamos que o melhor caminho para uma liberdade efetiva no acesso à saúde seria a **criação de um seguro público de saúde**, conceito que já existe e que é proporcionado pela ADSE, mas apenas como subsistema para os trabalhadores da Função Pública. Não vemos razões para impedir que todos os portugueses possam, em alternativa ao atual conceito *single payer*, em que a contribuição por via fiscal permite apenas o acesso a hospitais e unidades de saúde familiares públicos, passar a subscrever um seguro de saúde, mediante o pagamento de um prémio associado a uma percentagem comportável do salário ou da pensão, podendo escolher livremente o seu prestador de cuidados de saúde.

Colocar-se-ia a questão da universalidade do acesso, uma vez que quem não auferir rendimentos não poderia deixar de ter direito a receber cuidados de saúde. Para garantir esta obrigação moral e constitucional, o Estado continuaria a recorrer à receita fiscal, que seria significativamente atenuada em função deste novo modelo, de forma a assegurar que todos os portugueses, independentemente da sua condição económica, continuariam a ser tratados com dignidade e qualidade nos hospitais e unidades de saúde familiares.

Defendemos, ainda, a continuidade da **aposta nas políticas de saúde públicas centradas no doente**, com **maior aposta em prevenção primária e secundária**, com o objetivo de **diminuir o investimento realizado**, ao longo dos anos, **na prevenção terciária** e, assim, contribuir para a melhoria das condições de vida de todos os portugueses, sem que isso se imiscua no domínio da sua autonomia privada e consequente responsabilização das suas escolhas.

Consideramos importante manter os bons resultados obtidos por Portugal no domínio da saúde e, ao mesmo tempo, diminuir a enorme dívida que existe no nosso Serviço Nacional de Saúde.

- d) Queremos uma JSD que defenda um **modelo de segurança social para o nosso tempo**, enfrentando o desafio demográfico e procurando soluções que passem por responsabilizar mais os futuros pensionistas na gestão da sua reforma, passando o Estado a desempenhar um papel subsidiário.

De acordo com o Relatório sobre a Sustentabilidade Financeira de Segurança Social que acompanhou a proposta do Orçamento de Estado para 2017, prevê-se que o saldo do sistema previdencial da Segurança Social, em 2020, caia para os 200 milhões de euros e que, em 2030, seja de 1.131 milhões de euros negativos. Por outras palavras, está em sério de risco de pré-falência.

Estima-se que a despesa com pensões atinja os 14,6% do PIB em 2020 e os 15% em 2030, de acordo com as projeções efetuadas pela OCDE, no seu relatório “Pensions at a Glance”, de 2017, um dos valores mais elevados no cômputo dos países da OCDE. Acresce ainda uma população cada vez mais envelhecida, uma taxa de natalidade cada vez mais baixa, jovens trabalhadores qualificados que vão entrando mais tarde no mercado de trabalho por força da formação académica, salários baixos e o estabelecimento da idade limite para a reforma com tendência a aumentar nos próximos anos. Todos estes fatores exercem uma influência negativa e significativa no sistema de Segurança Social “Bismarckiano”, como é o nosso, cujo financiamento depende de impostos e contribuições, e em que os fatores demográficos interferem claramente na sua sustentabilidade futura.

Entendemos ser plausível a introdução de uma **maior liberdade de escolha na Segurança Social**, como forma de mitigar os problemas relacionados com sua sustentabilidade financeira futura, adotando um **modelo misto (Público + Privado)**, que comporta a manutenção de uma contribuição base obrigatória, mais reduzida, e ainda a possibilidade de optar por um plano de pensões privado (em nome da empresa ou individual), com o respetivo alívio fiscal da contribuição para a Segurança Social em função dos rendimentos. Este modelo, com forte influência nas experiências bem sucedidas de Reino Unido e Chile, permitiria uma efetiva reforma da Segurança Social, gerando maior poupança, principalmente entre os mais jovens, maior liberdade de escolha e salvaguardando a atual geração de uma futura reforma exígua, garantindo as pensões atuais e continuando a assegurar o futuro e o presente dos que, por infortúnio ou falta de condições, não reúnem ou reuniram condições económicas favoráveis para o seu sustento diário.

3. Conclusão

Com esta proposta política sectorial, onde nos focamos nas questões relacionadas com a economia, o emprego e o relacionamento dos cidadãos com a educação, a saúde e a segurança social, pretendemos alertar a Comissão Política Nacional e toda a estrutura para a importância destes temas e de oferecer à juventude portuguesa uma alternativa às políticas socialistas, que têm impedido, na nossa perspetiva, que o país atinja outro nível de desenvolvimento económico e social.

Encaramos este documento como um conjunto de propostas de orientação política, abertas, pelas quais vale a pena lutar politicamente. Todas as ideias que constam neste texto são praticadas em países tão ou mais desenvolvidos do que Portugal, constituindo, em vários casos, exemplos de sucesso, que podemos e devemos seguir.

Não defendemos nenhuma revolução liberal. Acreditamos que é pela via das reformas, graduais e realistas, que podemos criar condições para um país economicamente mais competitivo, com mais e melhor emprego, melhores salários, e que se organize num Estado respeitador dos seus cidadãos: árbitro na economia e último reduto, perante as falhas inevitáveis do mercado, que garante o cumprimento das funções essenciais à salvaguarda da dignidade da pessoa humana.